

MOÇÃO

Exigimos a conclusão das obras no IP8 e IP2, transparência e responsabilidades

O Plano Rodoviário Nacional, aprovado através do decreto-lei nº 380/85 de 26 de setembro, consagrou pela primeira vez a existência de itinerários principais (IP) e itinerários complementares (IC), com o IP2 passando por Portalegre, Évora, Beja e Ourique; o IP 8 entre Sines e Vila Verde de Ficalho; e o IC4 entre Sines e Faro, passando pelo concelho de Odemira. A versão do plano rodoviário nacional aprovada em 1998 (através do Decreto-lei nº 222/98, de 17 de julho), mantém os itinerários anteriores e acrescenta o IC 27, ligando Beja (IP2), Mértola e Castro Marim (IP1).

Este ano de 2015 faz 30 anos que o IP2, o IP8 e o IC4 foram previstos, estando todos por concluir, com decisão de paragem de obra durante os últimos anos pelo meio. Nestes 30 anos o país teve 10 governos, seis do PSD (três sozinhos e três com o CDS) e quatro do PS. São 17 anos de governos PSD e 12 anos de governos PS, por isso, quanto a responsabilidade política pela não execução do Plano Rodoviário Nacional e no que nos respeita, estamos conversados!

No final de julho de 2009, dois meses antes das eleições legislativas, arrancam as obras da concessionária do Baixo Alentejo, estando, nesta altura, prevista a abertura ao tráfego para 2012 mas, passados meses as obras pararam, transformando a região num estaleiro de obra, sendo total a responsabilidade do governo enquanto dono e decisor da obra.

Passado este tempo, as situações de segurança agravaram-se. Os estaleiros montados junto ao IP8 e ao IP2 mantêm-se, o piso das vias está bastante degradado, há más condições de drenagem das estradas, existe alternância entre troço com piso qualificado e com piso deteriorado, permanecem troços sem marcação e deficiente iluminação de cruzamentos e rotundas, os viadutos semiconstruídos estão abandonados e a degradar-se. A segurança está claramente em risco, constituindo uma verdadeira e lamentável falta de respeito por regras elementares de viação e trânsito e dos automobilistas.

Se a tudo isto não se chama incompetência, má-fé, ou falta de vontade política, então como definir tal manifesto desprezo?

No documento da *Estradas de Portugal*, “Planeamento de Investimentos 2015-2020”, tornado público em dezembro passado, o investimento no IP8 é reduzido ao troço Santa Margarida – Beja, sendo-lhe atribuído um investimento de 15 milhões de euros, ou seja 10% do investimento inicialmente previsto. Que tipo de itinerário principal terá a região com apenas 10% do investimento necessário há sua construção? Será para arranjo das bermas da actual estrada e pouco mais e, assim sendo é assumido que a obra não é para fazer, tal como prevista, continuando a mistificação e o desprezo pela região?

Da mesma entidade foi dado a conhecer o “Plano de Proximidade Médio Prazo 2015-2019”, onde constam 59 intervenções, principalmente de manutenção (o que devia ser normal tendo em conta as permanentes necessidades de manutenção para uma tão vasta região e período abrangente e não como anúncio de obras), num custo total de 32,8 milhões euros de investimento. Neste plano constam as referências ao IC4 e ao IP8 (troço Beja- Vila Verde de Ficalho) com “grandes reparações” no que aparentam ser construções de troços de desvio de localidades. Em nenhum dos planos anteriores consta qualquer referência ao IP2 ou ao IC27.

Assim se depreende que nem Governo nem a Estradas de Portugal pretendem até 2020 resolver o problema instalado no IP2, construir o IC27, construir o IP8 entre Beja e Vila Verde de Ficalho e o IC4. Isto só demonstra que o Governo não está a analisar seriamente o problema da mobilidade rodoviária no distrito de Beja e isso não pode ser admitido. Entretanto não esqueçamos o anúncio, será mais um? De que na segunda quinzena de fevereiro, em consequência ou coincidente com a grande luta de 30 de janeiro, iriam arrancar muitas das obras há tanto tempo paradas, não se sabendo nada relativamente às não divulgadas.

As populações do distrito, estruturas e entidades a uma só voz, não se têm cansado de exigir a construção das infraestruturas rodoviárias estruturantes para a região. Essa exigência já assumiu várias formas e ações, desde uma comissão de utentes do IP8, o Movimento BAAL 21, as deslocações de autarcas a Lisboa ou como aconteceu em Julho de 2007, quando várias centenas de alentejanos exigiram em Lisboa a construção do IP8 na íntegra. Ou ainda as diferentes marchas realizadas em 2010, 2012 e ainda no passado dia 30 de janeiro de 2015, mais uma grandiosa marcha pelo IP8, IP2 e Estradas Regionais, que uniu praticamente todas as instituições, empresas, autarquias e populações.

As populações e as entidades do distrito de Beja nunca desistiram nem vão baixar os braços e deixar de reivindicar as infraestruturas rodoviárias de que a região necessita, bem como não esquecerão a eletrificação da linha e ligação direta de comboios entre

Beja e Lisboa e a linha do Algarve. Os diferentes governos dos últimos 30 anos, apesar dos muitos anúncios e lançamentos de obra não construíram os itinerários principais e complementares que estão previstos para o distrito e de que este precisa para o seu desenvolvimento e garante de expectativas para investidores e no combate à desertificação do interior.

No distrito de Beja localiza-se o maior investimento agrícola de sempre realizado no país – EFMA -, um aeroporto, a maior mina de cobre da Europa, que é também um dos maiores exportadores nacionais, o Porto de Sines e, no entanto, a sua rede viária, nomeadamente no que concerne a itinerários principais e secundários, é miserável. Não se pode ainda ignorar a importância da ligação transfronteiriça entre Portugal e Espanha (Sines e Ficalho – Espanha) quer no plano dos roteiros turísticos, quer nas trocas comerciais.

É inadmissível que a rede viária do distrito de Beja permaneça nestas condições!

Assim:

A Assembleia Municipal de Serpa reunida em 26 de fevereiro de 2015, decide saudar a luta realizada no dia 30 de janeiro e continuar a exigir:

1. Que se encontre uma solução imediata para a situação do IP8 e do IP2 [no troço entre Évora (A6) e Castro Verde, garantindo a segurança na circulação e o arranque imediato das obras de construção;
2. Que se calendarize e assegure a conclusão do IP8 na sua totalidade entre Sines e Vila Verde de Ficalho, conforme definido no Plano Rodoviário Nacional, em perfil de autoestrada e sem portagens;
3. Que se assegure uma adequada inclusão nos planos de manutenção da rede rodoviária do distrito de Beja da reparação e requalificação da rede de estradas nacionais e respetivas pontes e pontões (obras de arte).

Que se assumam estas obras e intervenções necessárias, não jogando fora todo o investimento já realizado, antes o aproveitando e rentabilizando porque, o que falta realizar poderá ser menos do que não as realizar, onde se incluem as consequências negativas e a quebra de expectativas e crédito das decisões por parte dos governos.

Ainda que, não remeta a responsabilidade para terceiros ou concessionárias, antes assumam e se assumam como efetivo dono da obra que é.

Esta MOÇÃO será enviada para: Governo; Grupos Parlamentares da Assembleia da República e Órgãos de comunicação social.

Moção apresentada pelos eleitos da CDU e aprovada com 9 (nove) abstenções dos eleitos do PS e 16 (dezasseis) votos a favor da CDU